



ADEBEH - AÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR HUMANO

CNPJ 06.091.004/0001-09

Notas Explicativas

A ADEBEH - Ação Pelo Desenvolvimento e Bem Estar Humano é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 28/12/2003. De acordo o art. 3º do seu estatuto social, tem por finalidades estatutárias, proporcionar cursos de educação infantil e fundamental com o intuito de promover o desenvolvimento integral dos educandos; manutenção e administração de escolas; organização de atividades educacionais, sociais, culturais, desportivas, editoriais e filantrópicas; promover cursos e seminários pedagógicos, cursos livres, palestras, eventos e outras ações educacionais ou assistenciais principalmente voltadas à defesa da cultura, do patrimônio histórico e artístico, da preservação e conservação do meio ambiente, obter recursos financeiros a partir da realização de eventos, palestras, cursos e atividades afins; produzir, vender e revender artigos artesanais, agrícolas, alimentícios, brinquedos educativos e didáticos; firmar e manter convênios, parcerias, intercâmbios, arrecadar contribuições e doativos junto a outras organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, e/ou pessoas físicas e jurídicas; promover ações pedagógicas, artísticas, terapêuticas e socioculturais que estimulem o desenvolvimento de pessoas íntegras, participativas e livres, incentivando o fortalecimento de vínculos de solidariedade humana e de alteridade na qual deve se assentar a vida social; realizar projetos socioeducacionais voltados à superação da vulnerabilidade socioeconômica, por meio de recursos próprios e/ou convênios com outras instituições públicas e/ou privadas nacionais ou internacionais, e/ou pessoas físicas e jurídicas; promoção da assistência social; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, da liberdade e de outros valores universais; promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei. As atividades da Adebeh devem ser inspiradas nos valores da Antroposofia de Rudolf Steiner.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Adebeh é mantenedora da Escola Comunitária Jardim do Cajueiro, código Inep: 29455928, devidamente regular perante o órgão normativo do sistema de ensino, conforme autorização de funcionamento publicada em 10 de setembro de 2021, portaria nº 003/2021, código Inep: 29455928. A história da Escola, única mantida da Adebeh, começou em 2006 com um grande amor por Barra Grande e uma preocupação com as possibilidades para crianças e jovens que viviam na região. A convicção de que através da Educação e da Pedagogia Waldorf seria possível oferecer às pessoas da comunidade a esperança da construção de uma vida melhor e de um futuro mais digno foi a marca da fundação da escola. Desde o início, a Escola Comunitária Jardim do Cajueiro oferece vagas a crianças provenientes de famílias de baixa renda e muitas com dificuldades psicossociais. Em 2009, a Escola Comunitária Jardim do Cajueiro foi reconhecida pela Federação das Escolas Waldorf do Brasil (FEWB), certificando o cuidado e compromisso com a Pedagogia Waldorf e a Antroposofia. Até 2012, a Escola ocupou quatro diferentes locações, até que, por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas, foi iniciada a construção da sede própria da escola. O terreno foi uma doação da Prefeitura de Marau em reconhecimento a importância da Escola motivo pelo foi declarada a Utilidade Pública Municipal da Adebeh pela prefeitura de Marau. Atualmente a área de abrangência é municipal atendendo pessoas moradoras da região desde o povoado de Saquaira até Barra Grande, incluindo residentes dos Saquaira, Cassange, Saleiro, Taipu de Dentro e Taipu de Fora, atendendo uma área de abrangência de 22,6km.

Tendo como objetivo/visão “ser agente de transformação social e educacional da comunidade”, a Escola Comunitária Jardim do Cajueiro já conquistou alguns títulos importantes:

- ❖ **Tipo de Ato:** Reconhecimento como Escola Waldorf pela Federação das Escolas Waldorf do Brasil (FEWB), tornando-se federada. Data: 2009.

- ❖ **Tipo de Ato:** Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal
Lei nº 027 de 20 de junho de 2011. Publicação: Diário Oficial do Município de Marau. Data de Publicação: 13 de julho de 2011.
- ❖ **Tipo de Ato:** Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual
Lei nº13. 157 de 05 de Maio de 2014. Publicação: Diário Oficial da Bahia. Data de Publicação: 09 de maio de 2014.
- ❖ **Tipo de Ato:** Inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS): Inscrito no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/CNAS. Data: 02 de dezembro de 2014.
- ❖ **Tipo de Ato:** Reconhecimento de Membro do Conselho Municipal da Cidade
Decreto nº 1607/2021. Publicação: Diário Oficial do Município de Marau – pág. 1 a 3. Data de Publicação 07 de maio de 2021.
- ❖ **Tipo de Ato:** Reconhecimento de Membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente-CMDCA
Decreto nº 1743/2021. Publicação: Diário Oficial do Município de Marau – pág. 1 a 2. Data de Publicação 06 de dezembro de 2021
- ❖ **Tipo de Ato:** Reconhecimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social-Cebas
Portaria nº 1.309, de 14 de Dezembro de 2017.Publicação: Diário Oficial da União – pág. 35. Data de Publicação: 15 de dezembro de 2017. Processo: 71000.070541/2015-38

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações de Conformidade: As Demonstrações Financeiras da ADEBEH - AÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR HUMANO estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Entidades sem Fins Lucrativos, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro. Incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, no que for aplicável, e complementada pelas orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, pela ITG 1000 (Resolução CFC 1.255/09), bem como pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Base de mensuração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tendo como base de valor o custo histórico, inclusive os ativos não correntes – Imobilizado.

Moeda de Apresentação: As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do país, inclusive os centavos.

Mudança de políticas e Critérios Contábeis: De acordo com a NBC TG 23, Mudança na Estimativa Contábil é um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, não são retificações de erros.

Enquanto Erros de períodos anteriores são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que:

- (a) estava disponível quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos; e
- (b) pudesse ter sido razoavelmente obtida e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraudes.

Por este motivo, no exercício de 2022 a ADEBEH procedeu a reclassificação de contas contábeis, bem como realizou os reconhecimentos e ajustes necessários no patrimônio e nas RECEITAS em decorrência de eventos ocorridos em exercícios anteriores que à época não foram registrados corretamente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Disponibilidades: Referem-se a saldos em caixa, conta corrente, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras São registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou avaliação, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado com relação a vida útil e com taxas anuais estabelecidas e controladas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

Reconhecimento da Receita e da Despesa: As receitas e as despesas da instituição são apuradas em conformidade com o regime de competência.

Apuração do resultado: A entidade adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na legislação vigente, em especial na ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 aplicável a Entidade sem finalidade de lucros, a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em moeda e valores depositados em Conta Corrente e Aplicação Financeira em instituições financeiras, segregados de modo a evidenciar os recursos

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se a valores de serviços prestados de educação ainda não recebidos até a data do fechamento das demonstrações contábeis.

6. ADIANTAMENTOS

Correspondem a antecipações de valores aos funcionários e a pagamentos antecipados a fornecedores para a entrega dos materiais ou prestações de serviços com posterior emissão dos respectivos documentos fiscais.

7. IMPOSTOS A COMPENSAR

Registra os valores de INSS a compensar em relação aos salários família e maternidade para compensar por vias administrativas ou judiciais.

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Registra o saldo de consórcio, adquirido junto ao Banco Bradesco, para aquisição de veículo.

9. COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

| IMOBILIZADO | 2022 | | | | 2021 | |
|-------------------------|-------------------|------------|--------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor Histórico | Aquisições | Baixas | Depreciação Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Terreno | 35.000,00 | | | | 35.000,00 | 35.000,00 |
| Construções | 453.099,64 | | | 43.928,73 | 409.171,34 | 477.359,85 |
| Móveis e Utensílios | 21.484,45 | | | 11.651,52 | 9.832,93 | 12.981,41 |
| Máquinas e Equipamentos | 7.965,28 | 6.265,28 | | 1.020,72 | 6.944,56 | 1.530,08 |
| TOTAL | 517.549,37 | | | 55.600,97 | 948,40461. | 478.206,28 |

10 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, SOCIAIS E TRABALHISTAS

A entidade registra nestas contas as provisões trabalhistas de sua área administrativa, bem como os encargos e tributos sociais e fiscais incidentes sobre a respectiva folha de pagamentos.

11 – RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme citado na Nota 2, e em observância à NBC TG 23, em 2022 foram realizados ajustes e correções relativas a exercícios anteriores.

12 – RECEITA DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO

Correspondem à apropriação mensal de valores recebidos para execução dos serviços educacionais acordados, no ano de 2022, consideramos a receita da atividade de educação como mensalidade por turma de alunos, diferente dos anos anteriores que foram considerados todos em uma única conta.

13 – OUTRAS RECEITAS

Correspondem aos valores doados e valores de pequenos eventos e de projetos, sendo que para segregar essas outras receitas em 2022 fizemos uma reclassificação e o valor de R\$ 59.713,19 esta sendo subtraído do total de outras receitas.

14 – DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

Correspondem aos valores de bolsas de gratuidade em atendimento ao CEBAS, bolsas de gratuidade para filhos de professores e descontos concedidos.

15 - CUSTOS – ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO

Referem-se às CUSTOS realizadas diretamente na prestação de serviços na área de educação relativas à execução, referindo-se essencialmente aos salários e encargos de professores.

16 – DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se às despesas administrativas relacionadas direta e indiretamente com a prestação de serviços na área de educação, relativas à manutenção da entidade.

17 – RENÚNCIA FISCAL

A ADEBEH - Ação Pelo Desenvolvimento e Bem Estar Humano é imune do IR e da CSLL, de acordo com os Art. 15 da Lei nº 9.532/97, e isento do PIS e COFINS sobre faturamento em função da qualificação como entidade beneficente pelo CEBAS, isenta portanto também da parte patronal do INSS.

Os registros contábeis e as operações da entidade estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

Salvador – BA, 31 de dezembro de 2022.

BRANCA SACRINELLI LUZ
CPF: 095.292.627-01
PRESIDENTE

LUCIANA SIMÕES DE OLIVEIRA
CPF: 362.301.385-49
CONTADOR CRC BA: 018013/O-7